



CONFLITOS INTERNACIONAIS E A SOCIEDADE IDEAL SEGUNDO EDGAR MORIN: A COMPLEXIDADE DO SURGIMENTO, DA PERSPECTIVA E DO VIVER EM CRISE

Bruna Escobar Teixeira¹
Daniel Mayer de Brum²

Resumo: Este trabalho aborda a análise dos conflitos internacionais na busca de uma sociedade ideal com base na apreciação destes elementos ao longo da história. Tem por objetivo entender como os conflitos surgiram, apresentam-se hodiernamente e o que esperar destes conflitos. O estudo apresenta características do passado como forma de compreender o presente e futuro numa relação de interdependência. Na metodologia utilizou-se pesquisa bibliográfica numa abordagem de caráter exploratório. O resultado do trabalho científico aponta que o futuro guarda uma violência de caráter destrutivo. A conclusão indica que a transformação em uma sociedade humanizada, fundamentada no perdão e arrependimento, é imprescindível.

Palavras-chave: Conflitos Internacionais; Edgar Morin; Sociedade Ideal; Complexidade; Futuro.

INTERNATIONAL CONFLICTS AND THE IDEAL SOCIETY ACCORDING TO EDGAR MORIN: THE COMPLEXITY OF THE ARISING, PERSPECTIVE AND LIVE IN CRISIS

Abstract: The work analyzes the international conflicts, searching an ideal society, based on the history of the object of study. It aims to understand how the conflicts arisen, how they are now and what to expect from them. The article presents its past characteristics, in a way to understand the present and future, all together. Regarding the methodology, it was based on bibliography exploration. In conclusion, it is possible to say that the future holds a destructive character violence, that indicates the indispensable need to transform and humanize the society grounded on forgiveness and regret.

Keywords: International Conflicts; Edgar Morin; Ideal Society; Complexity; Future.

¹ Mestranda em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus Santo Ângelo. Integrante do grupo de pesquisa Tutela dos Direitos e sua Efetividade vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado e Doutorado da URI. E-mail: brunaescobar@hotmail.com.

² Mestrando em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus Santo Ângelo. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Brasileira de Tributação (FBT). Advogado. E-mail: danielmbrum@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A sociedade está enfrentando uma relevante preocupação com a segurança. A liquidez gera angústia, medo e incertezas. Esta liquidez revela-se através de uma sociedade em há permanência da transitoriedade, durabilidade do provisório, determinação objetiva irrefletida na consequência subjetiva das ações, papéis sociais perpetuamente subdefinidos, ou, mais corretamente, inserção no fluxo vital sem a âncora de um papel social (BAUMAN, 2007, p. 53).

Em outras palavras, é uma sociedade efêmera, que deu preferência ao grau de risco em detrimento do grau de segurança; que não cria expectativas prolongadas nem conceitos eternos, mas está em constante transformação, e deixa os saberes em suspensão indefinidamente, podendo serem repensados, readequados ou remodelados de acordo com novas necessidades, descobertas ou combinações.

Há um desacordo constante sobre normas, princípios, regras ou simplesmente, pensamentos e opiniões que elevam de patamar a mais simples das controvérsias e, ainda, alimentado por uma incerteza de fragilidade que assombra cada indivíduo em sua comunidade. Tal cenário potencializa o conflito, que pode ser originado no mais singelo choque de interesses, em razão do estado de alerta constante em que se encontram os seres humanos que, acostumados antes a viver com segurança, hoje são permeados por uma realidade efêmera, que ameaça o seu *status quo ante*.

Para buscar uma solução e resgatar o sentimento de segurança, é preciso analisar de que forma os conflitos se encontram como estão hoje. Quais os acontecimentos que permitiram e permitem a continuidade feroz dos conflitos armados. É possível que exista um elemento desencadeador destes conflitos, ou uma conjunção de fatores, criados pelo *modus vivendi* da sociedade pós-moderna³.

Dessa forma, questiona-se de que forma os conflitos surgiram, permanecem impondo medo e o que aguardar de um futuro em que os filósofos assinalam pela prevalência da imprevisibilidade. A possibilidade de autodestruição dos seres humanos – hipótese remota até pouco tempo, quando prevalecia o ideal da segurança, antes da segunda grande guerra – hoje é realidade cotidiana e sempre resta latente como um risco, diminuto, mas existente, na vida de

³ Período histórico, seguinte à modernidade, que é definido com menos clareza, é menos pluralístico e menos socialmente diversificado do que a modernidade que o precedeu. Costuma-se dizer que a pós-modernidade começou a se desenvolver a partir dos anos 1970 (GIDDENS, 2014, p. 27).



cada ser humano. Assim, a pesquisa tem por objetivo compreender de que modo os conflitos internacionais surgiram, como apresentam-se hodiernamente e quais as expectativas.

Assim, para alcançar o objetivo exposto, essa pesquisa analisa e tem como base a obra “Para Onde Vai o Mundo?” de Edgar Morin numa tentativa de compreender de que maneira os tempos das histórias (passado, presente, futuro) se interligam para chegar a uma possibilidade na busca da sociedade ideal.

2 PERCEBENDO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Conforme Edgar Morin, “o pensamento tecnoburocrático⁴ acreditava que podia prever o futuro. Ele acreditava, inclusive, em seu otimismo frágil, que o século XXI iria colher os frutos maduros do progresso da humanidade” (2012, p. 11). Entretanto, os prospectivistas arquitetaram um futuro fantasioso a partir de um presente abstrato.

Nesse sentido, é possível considerar uma ilusão, crer que se conhece o presente apenas pelo simples fato de viver nele. “Ora, o futuro nasce do presente. Isto significa dizer que a primeira dificuldade de pensar o futuro é a dificuldade de pensar o presente. A cegueira sobre o presente nos torna cegos em relação ao futuro” (MORIN, 2012, p. 13).

Entretanto, não bastaria pensar corretamente o presente para ser capaz de prever o futuro. Ainda que o estado do mundo presente carregue consigo, potencialmente, as situações do mundo futuro, ele contém embriões microscópicos, que se desenvolverão, e que são ainda invisíveis aos nossos olhos. Por outro lado, embora dependentes das condições preexistentes, existindo, pois, já no presente, as inovações, invenções, criações vindouras não podem ser concebidas antes de sua aparição (MORIN, 2012, p. 13).

Assim, apesar do conhecimento do presente ser necessário para o conhecimento do futuro, e vice-versa, não há, nem mesmo estando em posse de todas as informações deste tempo, como conhecer integralmente a realizada presente, nem prever, com certeza, o futuro (MORIN, 2012, p. 14). A realidade possui múltiplas variáveis, das mais diminutas às mais perceptíveis, que sofrerão influências de vários vetores, para desaguar num futuro imprevisível, construído a partir da conjunção de infinitas possibilidades.

⁴ No modo tecnocrático de produção, o fator produtivo estratégico não é mais o capital como anteriormente era no apogeu do capitalismo. Sob esse modo de produção, a comunidade financeira ganha prestígio, pois fornece o principal fator de produção - o capital. O fator estratégico de produção no modo de produção tecnoburocrático é a técnica, entendida de forma “bastante ampla, ou seja, o conhecimento administrativo em todos os seus ramos, o conhecimento de como operar máquinas e aparelhos sofisticados, etc. (GEBARA, 1978, p. 83).



Isto se dá justamente em razão de que o conhecimento do passado e do presente têm lacunas, como é o conhecimento do futuro, e que tais conhecimentos são interdependentes: o conhecimento do passado está subordinado ao presente, cujo conhecimento está subordinado ao futuro (MORIN, 2012, p. 14), numa relação complexa e permeada por diversas nuances que não podem ser ponderadas quando da tentativa de conhecer o que já aconteceu, o agora, e o que está por vir.

De tal modo, surge o grande esforço de fazer comunicar-se entre si nosso passado, nosso presente e nosso futuro, de modo que eles se transformem em fundamentos de uma cadeia geradora de conhecimentos mais lúcidos sobre o presente e sobre as projeções suficientemente do futuro (MORIN, 2012, p. 15).

Para que ocorra essa comunicação, há um instrumento de ligação, que permite a conexão entre os diferentes tempos e organiza o conhecimento de modo que se possa conhecer, ao menos superficialmente, o passado, presente e futuro. É o conhecimento dos princípios que faz passar do passado ao presente, e do presente ao futuro, ou seja, a posse destes permite imaginar a evolução da história de uma forma mais racional (MORIN, 2012, p. 15).

Nesta esteira de pensamento percebe-se que o grande progresso trazido pela década de 1970 tem sido o reconhecimento da incerteza. Este é o primeiro sentido que encerra o termo “crise”: o aparecimento da incerteza lá onde tudo parecia seguro, regrado, regulado e, portanto, predicável (MORIN, 2012, p. 19).

As situações sempre estão relacionadas com tempo ocorrido na história que tende sempre a transformar-se e a permanecer objeto de análise por todos que queiram tentar compreender. Não se pode conhecer integralmente os elementos do presente, a fim de fazer uma análise completa da realidade ora vivida, quanto mais os que formaram o passado como hoje ele é percebido, assim como aqueles futuros, que somente podem ser imaginados com base em um conhecimento também limitado que hoje é disponível.

Esta forma de conhecimento, apesar de ser muito propícia ao desenvolvimento de novos saberes, trouxe consigo grande insegurança, pois hoje se tem ciência de que não se pode esgotar o objeto de conhecimento, mas deve-se procurar estabelecer algumas premissas a respeito do mesmo como linha de raciocínio, mas que de forma alguma são eternas. O passado, presente e futuro, e a forma de conhecê-los, estão em constante mutação.



3 PASSADO: DE QUE FORMA OS CONFLITOS ADQUIRIRAM FORÇA

O Estado aparece no mesmo período das sociedades históricas, há dez mil anos, mas é no final do século XVIII que, após longa gestação, se consolidam os Estados-nação modernos. Não mais somente Estados de pequenas cidades autônomas ou Estados impostos a um ajuntamento frágil de etnias diferentes (impérios), mas Estado ligado a uma comunidade de destino definida culturalmente, linguisticamente e miticamente (MORIN, 2012, p. 39).

O Estado-nação é a combinação de uma grande comunidade (nação) e uma forma (Estado) territorial e política, criando uma entidade político-cultural, hoje a “unidade de sobrevivência” mais difundida no mundo (GIDDENS, 2014, p. 320). São uma forma de aglomeração criada pelos indivíduos que se identificam entre si a fim de trazer-lhes segurança diante das ameaças externas, dos seres humanos diferente, que não compartilham das mesmas vivências, costumes e cultura. Em suma, é uma forma política que garante a segurança da comunidade.

A fórmula Estado-nação tem sua introdução na América e na Europa, mas é verdadeiramente no século XX que ela se universaliza e, com a descolonização do Terceiro Mundo, abarrotava o território planetário. O século XIX lançou no mundo a ideia de nação, e por sua vez o século XX pôs no mundo a ideia de nação socialista. Desde então, as condições regressivas da crise do século XX recriam inevitavelmente as condições de voo e a difusão do modelo socialista-nacional.

Esta fórmula de Estado-nação apresenta os problemas que colocam a existência dos Estados-nação em dois níveis humanos fundamentais: aquele, por um lado, dos indivíduos, e aquele da humanidade, por outro (MORIN, 2012, p. 41-42). O primeiro nível ou ponto de vista, considera que o Estado democrático e pluralista estabelecia relações de controle mútuas, simultâneas, correlativas entre poderes separados, partidos antagônicos, indivíduo/Estado, relação recursiva na qual o Estado controlador era controlado por seus controlados (MORIN, 2012, p. 42).

Entretanto, é com o totalitarismo que o Estado irresponsabiliza o indivíduo. Hannah Arendt já previa uma trajetória moderna, quando fez de Eichmann, um exemplo do totalitarismo. Eichmann afirmava orgulhosamente ter sempre “cumprido seu dever”, obedecendo a todas as ordens como era exigido por seu juramento (Arendt, 1999, p. 59). O totalitarismo destruiu a relação recursiva entre indivíduo/nação (MORIN, 2012, p. 42), mas transformou o Estado em um instrumento para blindar as ações humanas, que deixaram de



terem agente, mas passaram a ser realizadas em nome do ente que une os cidadãos de uma nação.

O Estado destinado a subjugar, manipular, infantilizar, irresponsabilizar e a despossuir da aspiração ao conhecimento e ao direito ao julgamento surgiu no século XX: o Estado totalitário. Ele se aloja sob diferentes variantes, em todos os continentes, em todas as civilizações, em todas as sociedades, sob a impulsão, o controle e a apropriação de um aparelho soberano do soberano: o partido, detentor de todas as competências, possuidor da verdade sobre o homem, sobre a história e sobre a natureza (MORIN, 2012, p. 44).

Basta que este Estado totalitário reúna e empregue de maneira sistemática todas as formas de dominação/controle, não somente burocráticas, militares, mitológicas, políticas, mas igualmente científicas, técnicas, informáticas, bioquímicas, para que se possa operar uma subjugação das classes, grupos, indivíduos, não mais generalizado, mas irreversível. Com certeza, pode-se esperar que os totalitarismos contemporâneos sejam os monstros provisórios nascidos das agonias e gestações do século XX. Mas teme-se também que estes monstros se tornem duráveis na e pela sujeição/controle estrutural dos indivíduos (MORIN, 2012, p. 44).
Os totalitarismos

[...] não conhecem lei alguma superior à sua própria vontade bárbara. Os tratados são sempre trapos velhos de papel que rasga qualquer nova relação de forças. São incapazes de amar e são desprovidos de consciência. E nós, indivíduos, nós humanidade, dependemos totalmente das bebedeiras, furores e crueldades destes monstros uranianos. A sorte do planeta está nas mãos deles (MORIN, 2012, p. 44).

Dessa forma, é exatamente dos Estados-nação que vem a ameaça suprema que pesa tanto sobre os indivíduos enquanto indivíduos (alienação totalitária) quanto sobre a humanidade enquanto humanidade (aniquilamento total) (MORIN, 2012, p. 44-45). Pensado para ser a redenção dos indivíduos e sua forma de proteção e autocontrole, passa a ser a ameaça da sua própria existência, o seu carrasco, por assim dizer. A consolidação do Estado-nação moderno coincide, não por sorte, com o aumento dos conflitos armados e da ameaça de autodestruição.

Não apenas a ameaça de confronto nuclear, mas a realidade do conflito militar, formam uma grande parte básica do “lado sombrio” da modernidade atual. O século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer dos dois séculos precedentes (GIDDENS, 1991, p. 15).

Exsurge a necessidade de olhar para o século XX com um olhar binocular. Supondo que um olho do espírito não veja senão o aspecto contínuo, e o outro senão o descontínuo,



deparamo-nos com tantas dificuldades para ligar estes dois aspectos (MORIN, 2012, p. 20). Enquanto podemos perceber que este interregno temporal trouxe tremendo progresso em diversas áreas do conhecimento, desbravando hipóteses científicas até então inimagináveis, também foi palco de uma destruição em massa de vidas, biológicas e sociais.

Com o primeiro olhar, compreende-se o *continuum* progressivo, aparentemente linear, dos desenvolvimentos científico-técnicos, econômicos, industriais, consumistas, civilizatórios. É exatamente esta a visão que reina nas concepções sociológicas e tecnoburocráticas (MORIN, 2012, p. 20). Porém, com o segundo, vislumbra-se um século vulcanizado pelas duas maiores guerras da história da humanidade, ambas mundiais (MORIN, 2012, p. 20). Estas guerras não apenas massacraram e exterminaram populações inteiras; elas trazem também tremendas crises sociais, rupturas no vir a ser do mundo, abortos dos processos de emancipação (MORIN, 2012, p. 20).

Portanto, há duas maneiras de compreender o século XX: uma de progresso do desenvolvimento e de aparente racionalidade; outra de convulsões e horrores (MORIN, 2012, p. 21). Em termos mais práticos, a possibilidade de uma guerra nuclear colocar perigos que nenhuma geração anterior teve que enfrentar, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento coincidiu com processos de pacificação interna nos estados (GIDDENS, 1991, p. 99). O desenvolvimento e a evolução proporcionado pela modernidade, vem acompanhado do incremento de problemas, agravados ou surgidos da própria trajetória que está a ser seguida.

Como exemplo que de convulsões e horrores, a Segunda Guerra Mundial como continuação da primeira, não replica. A guerra de tais atores mistura com a guerra das nações democráticas mais imperialistas, contra as quais tentaram começar a libertar-se os povos que elas colonizavam. Ao longo daquele período, na outra ponta do mundo, o Japão subjugava os povos que libertava. Houve a tomada de Berlim, ano zero para a Alemanha. Houve Hiroshima, hora zero para a humanidade (MORIN, 2012, p. 22). Nesse sentido,

houve libertação, ruínas, esperança... ambiguidade entre superpotências, Guerra Fria entre elas. Pelo mundo, a descolonização põe-se em marcha, por revolta, negociação ou guerra, e o processo passa notadamente por duas guerras que leva uma parte da França para o Vietnã e a outra para a Argélia. A história do mundo não cessa de ser choque, violência, marcada por insurreições, por repressões. E, no entanto, na Europa Oeste, na esteira dos EUA, começa em 1950-1955 um novo voo econômico, um processo de urbanização e de industrialização. Os profetas cegos da sociotecnocracia veem chegar, enfim, a superação das crises econômicas, das tensões sociais, a repleção das necessidades da humanidade, a confluência para uma sociedade industrial planetária, o desenvolvimento generalizado de uma humanidade tornada pacífica e intercooperante (MORIN, 2012, p. 22).



Diante das revoltas, questiona-se se o século XX não foi século em crise ou de crises? É preciso tentar esclarecer o termo crise, tornado crível por força de uso. Mas se diz inicialmente que o emprego multiplicado do termo crise vem da própria multiplicidade dos sintomas “crísicos” (MORIN, 2012, p. 22-23).

Numa primeira abordagem, a crise se manifesta não somente como fratura no interior de um *continuum*, perturbação num sistema até então aparentemente estável, mas também como crescimento das eventualidades, isto é, das incertezas (MORIN, 2012, p. 23). Esta incerteza é característica dos tempos modernos, e é ao mesmo tempo o catalizador das mudanças em direção ao progresso, bem como dos conflitos oriundos do próprio modelo de organização que a ela se adaptou.

A maleabilidade presente na vida atual não se restringe aos laços humanos, mas invade outras áreas do conhecimento, assim como as instituições, que outrora eram vistas como o porto seguro onde uma vida de risco poderia atracar. A crise também se caracteriza pelo aumento rápido das transgressões em tendências, pela aceleração do processo desestruturante/desintegrante, pela ruptura das regulações, pela deflagração de processos incontrolados tendendo a autoamplificar-se por si mesmos ou a chocar-se violentamente com outros processos igualmente antagônicos e incontrolados (MORIN, 2012, p. 23).

Nesse seguimento, crise não aparece como um acidente nas sociedades, mas como um modo de ser. A crise não significa o antônimo de desenvolvimento, mas o próprio tempo (MORIN, 2012, p. 23), pois a característica desta sociedade é ser efêmera, dando preferência a um grau de risco em detrimento da segurança. Não cria expectativas prolongadas nem conceitos eternos, mas está em constante transformação, e deixa os conceitos em suspensão indefinidamente.

Dessa maneira, as duas ideias, uma de que a crise tornou-se o modo de ser de nossas sociedades, a outra de que o desenvolvimento comporta nele mesmo um caráter “crísico”, devem ser associadas (MORIN, 2012, p. 23). É em seu movimento transformador acelerado que o desenvolvimento das nações carrega consigo destruições/desorganizações econômicas, sociais, culturais. O desenvolvimento é este processo desorganizador/reorganizador.

No que diz respeito às sociedades ocidentais, a crise de civilização, cultura, valores, família, Estado, vida urbana, vida rural são tão sentidas e vividas que se sentem ameaçadas por esta crise, mas igualmente vivem dela (MORIN, 2012, p. 24). O elemento de crise é tanto destruidor como construtor de novos conceitos, modo de organização social, e não pode ser



classificado como bom ou ruim de forma definitivo, o que nem seria adequado à luz do conhecimento volátil que hoje se desenvolve, em substituição ao esgotamento do saber.

Desse modo, não existe somente um desenvolvimento integral que só desenvolve desigualdades, crise na sociedade, na tradição e na cultura onde ele se produz. Existe desenvolvimento que traz em si subdesenvolvimento, isto é, que seu progresso suporta e produz regressões. O desenvolvimento tanto traz destruições quanto criações, tanto regressões quanto progressões, e percebe-se que a ideia de desenvolvimento, sob sua forma simplista e eufórica, economicista e tecnológica, era um mito demente do pensamento tecnoburocrático moderno: uma vez mais, o delírio abstrato se fazia passar por racionalidade! (MORIN, 2012, p. 28).

A partir desta concepção de desenvolvimento, percebe-se as novas barbáries oriundas de nossa civilização, longe de reduzir as formas antigas de barbárie, despertaram-nas e a elas se associaram (MORIN, 2012, p. 32). Nesse sentido,

desenvolveu-se uma forma de barbárie racionalizadora, tecnológica, científica, que não apenas permitiu a deflagração dos massacres das duas guerras mundiais, mas também elaborou o aprisionamento sob a forma de campo de concentração, racionalizou a eliminação física, com ou sem câmaras de gás, a única barbárie que parecia eliminada no começo do século XX, naquele momento restaurada e reinstaurada pelo nazismo e pelo stalinismo, usada pela França no Vietnã e na Argélia, e tornada prática corrente em numerosos países da África, da Ásia, da América Latina, sob a forma reacionária ou revolucionária, “capitalista” ou “socialista” (MORIN, 2012, p. 32).

Marx havia prenunciado no século passado o aumento triunfante da barbárie na civilização. Ele lançava a alternativa: socialismo ou barbárie. Ele não poderia ter imaginado que o socialismo e a barbárie haveriam de contrair alianças (MORIN, 2012, p. 32). Entretanto, há, uma questão: é que o “socialismo” surgido não é o socialismo ideal de sua previsão, mas o socialismo de aparato estadista que admite conectar e concentrar nele a barbárie do poder de Estado (MORIN, 2012, p. 32).

Da mesma forma, Marx previu que a modernidade seria uma era turbulenta. Porém, as possibilidades benéficas, ou seja, o lado bom da oportunidade seria superior às características negativas. Assim, previu o trabalho industrial moderno, mas não previu a consequência em relação ao meio ambiente. Previu uma ordem industrial pacífica e integrada pelo industrialismo, mas não previu a industrialização da guerra (GIDDENS, 1991, p. 13).

Ademais, a mencionada união das barbáries abre o final de século sobre as possibilidades de escravidão ou aniquilamento generalizados: hoje os poderes de Estado podem aniquilar o planeta; amanhã poderão manipular a vida, desnaturar a natureza, subjugar o espírito humano (MORIN, 2012, p. 32).



Não é definitivamente certo, apenas provável, se não houverem conjunções de passado, presente e futuro, a fim de que se altere o cenário e a trajetória da humanidade, que nossa civilização se conduza para uma autodestruição. A forma de organização global de Estados-nação não tem correspondido às necessidades de integração para sobrevivência dos seres humanos. Pelo contrário, após algum tempo de bom relacionamento entre os entes, tem instigado a fragmentação política cada vez mais intensa, e o segregacionismo social.

4 PRESENTE: PARA ONDE VAI O MUNDO

Existe um laço crucial entre civilização/barbárie, não somente nas grandes civilizações do passado, mas igualmente na civilização presente. O que é preciso temer não é uma brutal implosão civilizatória, não é o simples surgimento da barbárie no interior de nossa civilização: é a aliança e a união da barbárie exterior com a interior (MORIN, 2012, p. 33).

Todos os processos que são projetados em alta velocidade e em crescente amplitude em nosso presente, se continuarem no mesmo ritmo, serão fadados ao desastre, ao terror, à extrema dominação. Nesse sentido, se permanecer nesta rota, haverá condenação. Mas, felizmente, na crise generalizada das sociedades e da civilização, a própria guerra entrou em crise (MORIN, 2012, p. 33).

A crise da guerra e o medo mútuo que os indivíduos criaram entre si protelou a terceira guerra mundial. O aniquilamento potencial da humanidade transforma-se em seu próprio freio, e até agora impediu que as destruições parciais se generalizassem (MORIN, 2012, p. 34). No entanto, o risco está sempre presente, e tornou-se um elemento presente na vida hodierna, que deve ser levado em consideração como um elemento de crise da existência humana.

A guerra nuclear é potencialmente o mais imediato e catastrófico de todos os perigos globais correntes. Desde o início da década de 1980, reconhece-se que os efeitos climáticos e ambientais de um confronto nuclear bastante limitado poderiam ter um grande alcance [...]. Esta circunstância justifica inteiramente a afirmação de que em tal contexto, não existem mais “outros”: tanto os combatentes quanto os que não estão envolvidos sofrerão (GIDDENS, 1991, p. 113).

A guerra entrou em crise no momento em que o desenvolvimento e a multiplicação das técnicas de aniquilamento lhe negaram sua razoabilidade. As armas nucleares, elementos criados como potencializadores de conflitos em escala mundial, transformaram-se num instrumento de balanço e que, contrariamente ao objetivo original, incentivam a paz entre os fragmentos políticos que compõe o planeta. Este elemento, pensado para ser parte do



“descontínuo” anteriormente citado, passou a integrar o elemento “contínuo”. No entanto, inexistem garantias de que a loucura não vença (MORIN, 2012, p. 34).

O medo de que a loucura prevaleça faz questionar: o aniquilamento termonuclear, seria ele então um freio último ou um último recurso? Encontra-se no mundo cuja crise carrega consigo não somente múltiplas guerras, mas igualmente a ameaça da guerra última e suprema, ameaça que, ao colocar ela mesma a guerra em crise, não nos permite esperar senão aquilo que desespera (MORIN, 2012, p. 34). O risco da ocorrência da “guerra das guerras” é imanente à existência humana, e ainda assim é possível tolerá-lo, na medida em que sua probabilidade de ocorrência é tão mais baixa que o seu poder de manter a paz.

Aparentemente, o mundo está em crise. Dizer crise é dizer progressão das incertezas e as incertezas progrediram. O planeta vive sem contar o amanhã. Tudo é feito, vivido, a curto prazo. O futuro se apaga, visto que ele depende não somente das eventualidades e das bifurcações, mas igualmente de um eventual tudo ou nada. Perde-se a evolução linear, o vir a ser programado, o futuro robotizado, mas ganha-se um complexo de ideias “crísicas” (MORIN, 2012, p. 34). É justamente em razão deste modo de viver efêmero que se aceita conviver com um risco (mínimo, mas existente), do fim da vida humana como hoje conhecemos, em razão de uma guerra nuclear.

Ademais, entende-se que os encadeamentos e multiplicações das crises são inseparáveis de uma evolução que acredita nomear de desenvolvimento e progresso. Vê-se que se esta evolução comporta efetivamente desenvolvimento e progresso, e os desenvolvimentos comportam regressões (MORIN, 2012, p. 34-35).

Além disto, necessário compreender que a evolução comporta rupturas e transformações radicais e que este é o século das revoluções. Em síntese, a evolução pode gerar autodestruição. Dessa forma, encontra-se num mundo que aparece simultaneamente em evolução, em revolução, em progresso, em regressão, em crise, em perigo (MORIN, 2012, p. 35).

Desta maneira, é necessário associar estas noções de crise, evolução, revolução, regressão, ao invés de escolher uma e eliminar as outras (MORIN, 2012, p. 35). Todas estas características são vividas ao mesmo tempo e a incerteza consiste em saber qual destes termos será finalmente decisivo. Para compreender que os diversos vetores são organizáveis, e não excludentes, é pertinente a imagem ilustrativa da vida pós-moderna criada por Anthony Giddens, simplificadora e interessante, de que “viver no mundo moderno é mais semelhante a



estar a bordo de um carro de Jagrená em disparada do que estar num automóvel a motor cuidadosamente controlado e bem dirigido” (GIDDENS, 1991, p. 51).

Esta figura pintada pelo autor nos faz perceber que, como dito, existem diversos elementos que influenciam na trajetória da história humana, com maior ou menor força, mas que levam ao desconhecido em uma velocidade cada vez mais acentuada, cenário em meio ao qual os indivíduos, diante da falta de segurança, antes proporcionada pela sociedade sólida, criam mecanismos de controle, eficientes apenas para manter a marcha do carro da divindade hindu em uma constante que se permita continuar a bordo.

Uma consciência planetária, humanitária, forma-se e transforma-se, não oponente as moralidades internacionais terem se estraçalhado, terem-se abocanhado por razões os nacionalismos. A humanidade não é somente uma noção ideal: ela transformou-se em comunidade de destino que, forjada na e pelas duas guerras mundiais, converteu-se, desde Hiroshima, em comunidade de vida ou morte (MORIN, 2012, p. 37).

Pensando em nacionalismo, é imprescindível relacionar com os conflitos armados que ocorrem no Oriente Médio. Morin continua ao explicar que é tranquilo pensar uma humanidade como um Estado. Entretanto, um Estado que não deixa de ser diverso e questiona: cada um de nossos organismos é uma réplica de trinta bilhões de células. Por que uma federação de algumas centenas de nações e de três a seis bilhões de homo sapiens não conseguiria auto-organizar-se? É vital que isso aconteça, pois, o perigo mortal a todos os seres humanos que procede dos enfrentamentos entre impérios e potestades nos leva a conceber uma confederação de humanidade que, englobando os Estados-nação, respeitando sua originalidade e sua singularidade, subtrair-lhes-ia a onipotência, ao freá-los, ao regulá-los (MORIN, 2012, p. 38).

Assim, percebe que a planetarização que se efetiva na e pela técnica, na e pela comunidade de destino, não se realiza no nível da humanidade dividida e cortada em nações, impérios, raças (MORIN, 2012, p. 38). Esta progride pela hegemonia e pela homogeneização e, então, por essa mesma razão, ela não progride. Portanto, a crise da planetarização, é a crise da humanidade que não chega a se constituir em humanidade, e, daí então, a crise do mundo ainda incapaz de se tornar mundo, a crise do homem ainda impotente em sua realização como homem (MORIN, 2012, p. 38).

A integração da humanidade por meio da planetarização restou impedida pela forma de organização dos estados que até então prevalece, mas o esmaecimento das fronteiras, com a conjunção global de esforço em prol de um objetivo único para a resposta para o apaziguamento dos conflitos. A forma de organizar todos os cidadãos em torno de um só ente estatal é tarefa



que se mostra complexa, assim como a diminuição da relevância da soberania, o que não pode ser empecilho para que se busque a paz por meio da união mundial dos povos, que através da planetarização de Morin, pode ser a resposta para a resolução das contendas que hoje ameaçam a existência humana.

5 FUTURO: PERTENCENTE AO ARREPENDIMENTO E AO PERDÃO

A formação de uma comunidade única mundial é a nova idade do ferro (MORIN, 2012, p. 45). A hipótese apresentada pelo autor é a de uma grande hegemonia imperial que poderia se estender sobre a maior parte do globo.

Habita-se no mundo, onde há o mais vasto jogo de possibilidades, não porque o mundo é indeterminado, mas porque este mundo é, ao contrário, em todos os lados, submetido a derivas, transformações, progressões, regressões, invenções (MORIN, 2012, p. 46). Independentemente, parece que a humanidade é incapaz de evitar o caos.

Esta ideia de caos sugere o agônico. E por agonia compreende-se tensão extrema, luta entre a vida e a morte, nascimento e decomposição, as elevadas e velozes forças de mortes se comparadas as forças portadoras de vida (MORIN, 2012, p. 47).

Diante deste temor, questiona-se: será que os processos imbecilizantes, de sujeição, de aniquilamento, continuarão sendo mais rápidos? Se sim, o mundo encontra-se planando na mortífera rota apocalíptica, e o futuro transforma-se assim em ausência de vir a ser, em nada iminente (MORIN, 2012, p. 47). E considerando como uma conquista, o fato da terceira guerra mundial ter sido protelada desde 1947.

Ademais, a agonia pressupõe um perigo mortal. Um perigo não se resume em urânio ou hidrogênio. O perigo se encontra na conjunção sinérgica dos Estados todo-poderosos, das técnicas de manipulação, de sujeição e aniquilamento, dos mitos desvairados (MORIN, 2012, p. 48). Ou seja, é possível visualizar a manipulação ou sedução dos grupos extremistas que geram conflitos em todo mundo. Há uma sedução capaz de recrutar milhares de pessoas por crenças e culturas que, muitas vezes, não são nem conhecidas pelos recrutados.

Assim, a “crise da cultura, bem como a crise da guerra, incitam-nos a uma transformação profunda na relação indivíduo /indivíduo, indivíduo/sociedade, sociedade/humanidade” (MORIN, 2012, p. 48).

Daí a necessidade do termo revolução. Trata-se, pois, de vislumbrar um novo nascimento, “ligado ao nascimento da ainda potencial e inexistente humanidade. Portanto, não



é questão de cumprir as promessas da evolução, mas de revolucionar a própria evolução. Ou seja, é a própria mudança que deve mudar” (MORIN, 2012, p. 48).

O termo revolução deve ser repensado. Os revolucionários do século XIX eram possuídos pelo problema: por onde, como começar? Talvez pela educação. No entanto, Morin menciona que o progresso virá da junção entre a extrema inconsciência das necessidades espontâneas e da extrema consciência de um novo pensamento complexo (MORIN, 2012, p. 50). A revolução

não depende mais de um operador principal, de uma ação principal, de um núcleo social principal; ela necessita de uma multiplicidade de mudanças/transformações/revoluções simultaneamente autônomas e interdependes, e em todos os domínios. Partindo deste fato, é incontestável que uma revolução desse porte, logicamente e de fato, pareça impossível (MORIN, 2012, p. 51).

Uma revolução de mudanças seria impossível. Mas, a revolução ocorrida também “teria sido imprevisível e impensável por um observador dotado de nossa inteligência e munido de nossos meios de observação” (MORIN, 2012, p. 52).

Fato esse de possibilidade ou não, significa dizer que o inconcebível é possível. Obviamente, a possibilidade do ‘novo nascimento’ revolucionário da humanidade permanece uma possibilidade muito improvável, e a probabilidade continua a situar-se do lado da regressão e da morte (MORIN, 2012, p. 52).

A possibilidade da revolução “não é somente contribuir na luta permanente e multiforme de qualquer vida contra a morte; é lutar contra a nova morte, a morte massiva de milhões ou megamorte” (MORIN, 2012, p. 56).

A luta contra a nova morte está relacionada com o problema da “louca” violência que é

[...] inseparável da natureza mesma do *homo sapiens*, mas ela se desdobra verdadeiramente na era histórica, que é a era dos Estados e das guerras, com massacres gigantescos, sevícias cruéis, torturas insensatas que ultrapassam e transbordam todo e qualquer alcance ideológico. Os fanatismos religiosos, as crenças messiânicas e apocalípticas agravaram e multiplicaram os desencadeamentos da louca violência. Longe de reduzi-las, o século XX abriu uma nova era de violência desvairada ao mesmo tempo em que gerou a era da megamorte (MORIN, 2012, p. 57).

Tratar o conflito na luta contra a morte e a louca violência é tarefa árdua porque vai de encontro à natureza humana, que é conflitiva, pois, segundo Einstein, o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição (COELHO, 2005, p. 24) e, segundo Freud, os conflitos de interesse entre homens são resolvidos pelo uso da violência (COELHO, 2005, p. 30).



Hoje habita-se sob a dominação de uma nova espiral de violência tornada louca. Ela vem da junção da violência de resistência/libertação que se opõe à coerção (ocupação militar, dominação colonial) e do messianismo de salvação revolucionário, para quem todos os meios são legitimados pela finalidade emancipatória (MORIN, 2012, p. 58).

Relevante notar que a violência tornada louca invade não tanto as sociedades totalitárias (que a reprimem no embrião), não mais apenas as ditaduras e dominações coloniais, mas também nas sociedades pluralistas. E nesta sociedade, ela assume duas formas:

[...] a primeira forma, banalizada, diluída, “benigna” se assim podemos dizer, está na transformação da manifestação contestatória em atentado à bomba, com objetivos os mais indiscriminados possíveis, às vezes mesmo sem qualquer relação com a causa do protesto (assim, um comitê armênio contestou de forma bizarra contra os atos racistas cometidos por uma quadrilha de jovens de periferia sobre alguns armênios de Alforville, ao depositarem um caixão diante da sede da Air France nos Campos Elíseos). A segunda forma, concentrada, virulenta, é a forma messiânica/apocalíptica, dita terrorista, em que a ínfima minoria portadora da verdade histórica se atribui a missão de despertar as classes operárias e de desmascarar as democracias aparentemente liberais para que elas revelem na repressão seu verdadeiro rosto fascista (MORIN, 2012, p. 58-59).

Conhecendo as duas formas, observa-se que a luta contra a violência tornada louca será inicialmente encabeçada por aqueles que praticaram a violência guerreira até a ignomínia, a violência revolucionária até o absurdo, a violência terrorista até a repugnância (MORIN, 2012, p. 60). E então assinala-se o ponto culminante no sentido de esperança: Dostoiévski.

Dostoiévski, com alguns milhões de anos luz à frente de Marx, compreendeu e mostrou, ao contar a história de Raskolnikov e Sonia, como constitui um novo laço de humanidade: arrependimento e perdão (MORIN, 2012, p. 61). Em um trecho do livro crime e castigo, identifica-se um fragmento do que pode ser considerado arrependimento para o autor, bem como objetivo de vida.

Uma inquietação sem objetivo nem finalidade, no presente e no futuro, apenas um ininterrupto sacrifício que a nada conduziria... eis o que lhe restava no mundo. E que importava que dentro de oito anos ele tivesse apenas trinta e dois anos e pudesse de novo começar a sua vida? Para que viver? A que aspirar? Para que esforçar-se? Viver só para viver? Mas mil vezes antes já ele tinha estado disposto a dar a sua vida por uma ideia, por uma ilusão, até por um sonho. A simples existência sempre tinha significado pouco para ele; sempre aspirara a mais. Talvez só pela força do seu desejo chegara a sentir-se então um homem ao qual era permitido mais do que aos outros. Ainda se o destino, ao menos, lhe tivesse enviado o arrependimento... um arrependimento lancinante que lhe devorasse o coração e lhe tirasse o sono, um arrependimento desses perante cujos espantosos sofrimentos uma pessoa pensa em enforcar-se ou atirar-se à água, oh, como se teria, assim, alegrado! Torturas e lágrimas... isso também era vida! Mas ele não se arrependia da sua culpa (DOSTOIEVSKI, 1866, p. 581-582).



Dessa forma, Morin explica que “o perdão não pode vir senão daqueles que foram mortificados, ofendidos, lesados, daqueles que tiveram vítimas dentre seus próximos... E lá também existe qualquer coisa de radical a ser superado: a vingança e o ódio” (MORIN, 2012, p. 61).

Entretanto, a conversão dos ex-violentos não é suficiente. A nova espiral produtora de humanidade não pode constituir-se senão ao englobar os dois extremos: “os ex-sossegados que se repousavam sobre a violência do Estado e os ex-violentos que lutaram com violência desvairada contra a violência do Estado. É esta espiral que pode criar a nova espécie de pacíficos” (MORIN, 2012, p. 61).

Resta iniciar a marcha para a criação da sociedade pacífica, extinguindo a violência manifestadas pelos grupos conflitantes para salvar as próximas vidas e interromper as próximas mortes.

6 CONCLUSÕES

Diante do problema exposto, fundamentado no questionamento sobre a forma do surgimento dos conflitos internacionais, pode-se ver que a forma de organização política mundial contribui imensamente para o surgimento e perpetuação da discórdia. Este é ponto crucial para a compreensão do aqui proposto e, ainda, com a análise deste surgimento, o estudo da forma que permanecem e continuam (os conflitos) espalhando terror, bem como a observação a respeito do que esperar do futuro.

Verificou-se que, abordando o passado e resultante das duas guerras mundiais, a sociedade permanece em crise de tal forma que não permanece na ausência da mesma. Como consequência, o caráter humanístico da sociedade perdeu-se, o que faz com que novos acontecimentos surjam e influenciem o futuro.

Analisou-se, ainda que no presente encontra-se uma manifestação surreal a favor do pensamento em nacionalismo. O Estado transformado em uma federação não pode deixar de possuir diversas culturas, religiões, políticas. É preciso organização. Esta permanecendo ausente coloca em perigo a sociedade que enfrentará (sempre) conflitos entre impérios.

Ademais, constatou-se no futuro, o termo denominado violência chamada louca que caracteriza os conflitos da atualidade pela utilização de técnicas de manipulação e aniquilamento. Como possibilidade, surge a ideia de uma revolução drástica de mudanças em todo o mundo, mas que é contestada.



Ainda, conclui-se que há neste tempo futuro a necessidade da praticabilidade do arrependimento e do perdão de forma a converter violentos e os acomodados com a violência para suprimir a vingança e o ódio. Não se pode prevenir os conflitos criando-se barreiras entre os seres humanos, mas a forma de tratamento é a integração dos mesmos, pelo que se propõe também a planetarização. Tratar as contendas surgidas justamente em razão da segregação de nações, com ainda mais fronteiras, apenas ameniza, mas não resolve definitivamente os conflitos internacionais.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. A Complexidade do Devir Humano: Edgar Morin e o caráter inacabado do processo de hominização. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (orgs). **O Pensar Complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade, Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

DOSTOIEVSKI, Fiodor Mikhailovitch. **Crime e Castigo**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Martin Claret, 1866.

GEBARA, José Jorge. Algumas Considerações Sobre o Estado, a Tecnoburocracia e a Economia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 18, n. 1, jan./mar. São Paulo, 1978. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000100010>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MORIN, Edgar. **Para Onde Vai o Mundo?** Tradução de Francisco Morás. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.